



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Autores e autoras de livros em Minas Gerais:

entre Estado, edição e métodos para o ensino inicial da leitura e escrita (1889-1980)

Isabel Cristina Alves da Silva Frade

Como citar: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Autores e autoras de livros em Minas Gerais: entre Estado, edição e métodos para o ensino inicial da leitura e escrita (1889-1980). In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita:** métodos e material didático. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 265-290.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0541-4.p265-290>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AUTORES E AUTORAS DE LIVROS EM MINAS GERAIS: ENTRE ESTADO, EDIÇÃO E MÉTODOS PARA O ENSINO INICIAL DA LEITURA E ESCRITA (1889-1980)

Isabel Cristina Alves da Silva Frade

A compreensão sobre as práticas profissionais que vêm cercan-
do a produção de um texto impresso, antes que ele chegue aos seus leitores
finais, permite evidenciar as condições sócio-históricas envolvidas na pro-
dução, na difusão e na circulação da cultura escrita e, no caso deste artigo,
as condições sócio-históricas que determinam a alfabetização no estado de
Minas Gerais. Pode-se afirmar que o fato de existirem autor e texto não
garante as condições para produção, circulação e uso dos livros, pois a sua
produção deve ser submetida a uma ordem dos livros (CHARTIER, 1994,
1996, 2002). Assim, a ordem dos livros didáticos, além do diálogo com uma
cultura pedagógica, é configurada por questões de financiamento, compra,
distribuição, divulgação e uso pelos governos e pelo mercado editorial.

Trabalhos de Munakata (1997), Razzini (2010), assim como os de
Batista e Galvão (2009), revelam uma tendência – que se vem fortalecendo
no Brasil –, nos estudos da história dos livros didáticos, a se ir além da dis-
cussão de métodos pedagógicos para pensar esse objeto. Daí, a necessidade
de se buscar uma visão ecológica do livro didático denominado “cartilha”,
visto que esta é produto de um conjunto de relações (CHOPPIN, 2002).
Darnton (1995) sugere um modelo geral para a análise de como os livros
surgem e se difundem na sociedade e chama a atenção para a necessidade
de se entender cada “etapa” do circuito que propõe, de forma relacionada

às demais, objetivando alcançar uma perspectiva mais integrada do livro como meio de comunicação.

Se os estudos relativos à história dos livros, como o de Chartier (1994), trazem contribuições valiosas para o entendimento das relações dos autores com o mundo da cultura escrita, a *Bibliografia Material* e a *Sociologia de Textos*, campos consolidados por Mckenzie (1991), conduzem a uma perspectiva teórico-metodológica que, ao contemplar uma análise material dos suportes e dos sentidos, também entende os textos como produções sociais. Ou seja, existe uma dinâmica humana e institucional de sua produção e de sua conservação. Os livros para alfabetizar, então, precisam ser estudados na sua especificidade gráfica e de uso, para além da discussão de sua metodologia, e sempre no diálogo com outros materiais que os antecedem historicamente, assim como os que os sucedem, numa sequência de uso – os livros de leitura, por exemplo (FRADE, 2010a, 2012). É a partir de um olhar comparativo que conseguimos compreender aspectos materiais e simbólicos que constroem a especificidade de livros para iniciantes. Além disso, a pragmática de seu uso também pode explicar a sua permanência ou efemeridade e mesmo o deslocamento de práticas de leitura do mesmo suporte que vão além do que foi projetado pelo autor.

Assumindo que “[...] tudo o que está no livro nos reenvia para fora dele” (BELO, 2002, p. 104; DARNTON, 1995) e analisando o objeto livro em seu circuito de comunicação, os dados eleitos para estudo neste artigo se referem às relações recuperadas nos livros e fora deles, sobretudo quando esses dados se referem aos motivos da produção de determinado autor, aos aspectos específicos de sua forma de produção e, mesmo, à rede de relações que permitem a divulgação de seu trabalho. Um dos problemas para recuperar dados da produção que se relacionam com alguma rede de influência não destacada nos manuais – como as relações com o mundo editorial – é a não disponibilização de contratos de editoras com seus autores, ou até a falta de profissionalização do trabalho do autor de livros didáticos, em determinados períodos. Os dados trabalhados neste artigo são oriundos de fontes documentais encontradas em livros de leitura, cartilhas ou *pré-livros*,¹ de correspondências do Arquivo Público Mineiro que

¹ O termo “pré-livro” é uma designação dos livros de alfabetização que foram produzidos, no Brasil, com base no método global. O material impresso apresenta características específicas, como folhas soltas que vão sendo distribuídas e compiladas, à medida que os contos ou histórias são apresentados, até compor o conjunto de

mencionam relações comerciais, compras e vendas de livros, além de outros estudos bibliográficos. Para o período posterior a 1950, são utilizadas entrevistas com autoras, concedidas a partir de um projeto de história oral.

Tendo em vista esses pressupostos, este artigo visa a tratar de alguns aspectos referentes à relação dos autores com o mundo editorial e problematizar as relações que autores mineiros desenvolvem no cenário educacional e o modo como são recrutados ou mobilizados para a produção de suas obras, considerando as redes de sociabilidade, as reformas educacionais, os movimentos pedagógicos e outras motivações pessoais, partindo das seguintes indagações:

- a) *Em relação ao contexto educacional* – As cartilhas produzidas entre o final do século XIX e o início do século XX se valeram de quais contextos pedagógicos? Haveria ligação entre uma política educacional e a produção de livros? Os autores de cartilhas eram professores primários, de cursos de formação, gestores do sistema, intelectuais? Eles ocuparam lugares privilegiados na hierarquia educacional?
- b) *Em relação às motivações para a produção* – A produção se originou numa prática profissional de alfabetizador consolidada, ou em movimentos de inovação? As cartilhas seriam testadas antes, em classes de alfabetização? O que leva um autor a produzir um livro: a distinção em relação aos outros livros que vieram antes, ou o valor simbólico de produzir?
- c) *Em relação aos processos editoriais e autorais* – No caso dos autores de cartilhas do período em questão, havia processos de profissionalização? Como se fazia seu recrutamento para a produção? Quem são os autores das cartilhas, no emaranhado de relações/mediações que cercam a produção dos impressos? Qual é o nível de participação desses profissionais, na definição e na construção do impresso? Seu conhecimento e sua participação baseavam-se num saber pedagógico sobre um método, ou se ampliavam mediante interlocuções com ilustradores ou projetistas gráficos? Até que ponto autores não profissionais e profissionais de cartilhas e livros didáti-

histórias. Geralmente, as lições individuais do aluno são a reprodução, em ponto pequeno, de um cartaz de classe. As páginas com os textos completos podem ou não ser acrescidas de páginas com texto dividido em sentenças, páginas com frases divididas em palavras, páginas com palavras divididas em sílabas, para serem recortadas em função de uma segmentação gráfica e colecionadas em envelopes. Essa estratégia possibilita montar e desmontar unidades linguísticas e o próprio “livro”.

cos tinham o poder de determinar movimentos da edição, na relação de forças que estabeleceram com o mercado editorial, com as necessidades de uma política educacional, ou com um problema pedagógico?

ASPECTOS GERAIS LIGADOS AOS AUTORES E À PRODUÇÃO DE SUAS OBRAS

O Quadro 1, abaixo, focaliza os autores, o método de alfabetização que defendiam e datas que permitem avaliar o possível período de edição dos seus livros, embora a maioria das obras consultadas não apresente data da primeira edição, o que nos levou a apurar algumas informações editoriais, consultando outros estudos sobre o autor ou mediante algumas entrevistas concedidas.

AUTOR	MÉTODO	Ano/Edição/data de impressão
Maria Guilhermina Loureiro de Andrade	Palavração	1894
Artur Joviano	Método de Palavração	1907
Anna Cintra	Método Eclético (palavração)	1919
Anita Fonseca	Método Global de Contos	1940
Lucia Casasanta	Método Global de Contos	1954
João Lúcio	Método eclético/Global	1939 (?) 1945 (?)
Helena Jorge	Método Global de contos	1957 (data da impressão?)
Magdala Lisboa Bacha	Método Eclético	1962
Maria Yvonne Atalécio	Método Eclético	1967
Maria Serafina de Freitas	Método Global de Contos	1968
Iêda Dias da Silva	Método Eclético	1971
Therezinha Casasanta	Método Misto	1978
Elisa Barbosa	Método Global de Contos	1984

Quadro 1 – Autores, métodos e ano (ordem cronológica).

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro mostra a predominância de mulheres como autoras de livros didáticos e a tendência ao emprego de métodos analíticos, no estado de Minas Gerais, com algumas variações, que podem ser entendidas, se vincularmos os autores a uma rede de influências de cunho mais intelectual e pedagógico, ou o seu pertencimento a uma rede institucional ligada ao mundo da escola, ou ao mundo do livro. Esses dados, os quais serão tratados mais adiante, revelam que essas ordens são produzidas mediante negociações ou variações em torno de modelos pedagógicos, modelos de livros, incluindo suas materialidades, políticas educacionais do período e demandas de editoras. Embora a produção desses autores não possa ser detalhada no âmbito deste artigo, alguns exemplos serão mais bem explorados para revelar aspectos que se destacam nessa rede, que não é homogênea, nem em relação aos métodos adotados, nem com respeito ao modo como os mesmos se relacionam com a rede à qual pertencem, nem quanto ao que motivou a produção de seus livros.

O Quadro 2 mostra a participação dos autores em esferas educacionais, políticas e culturais, o que ajuda a caracterizar a sua influência, seu conhecimento sobre o funcionamento do sistema de ensino e suas demandas pelo livro didático, assim como relações com o Estado².

² Nesse caso, a palavra “Estado” designa tanto a configuração regional, por tratar-se de autores que trabalharam em Minas Gerais, como as ações do Estado no plano estadual e nacional, que produzem um ordenamento político da educação pública e, conseqüentemente, da alfabetização, interferindo nos modelos de livros, na compra e adoção de obras.

REFORMA OU PROGRAMA	AUTOR	RELAÇÃO COM O ESTADO E OUTRAS FUNÇÕES
Reforma Caetano de Campos (SP/1890) e Reforma João Pinheiro/Carvalho de Brito (MG, 1906)	Maria Guilhermina Loureiro de Andrade	- Professora - Diretora de escola pública e particular - Membro da Escola Modelo, anexa à Escola Normal/SP - Tradutora - Articulista
Reforma João Pinheiro (1906)	Arthur Joviano	- Livreiro - Jornalista - Professor de Português - Diretor da Escola Normal da Capital - Membro do Conselho Superior de Instrução Pública - Inspetor Escolar e Superintendente de Instrução
Sucedee a Reforma João Pinheiro (1906) e antecede a Reforma Francisco Campos	Anna Cintra	- Professora - Diretora do Grupo Cesário Alvim
Reforma João Pinheiro	João Lúcio	- Inspetor Técnico do Ensino da Secretaria do Interior - Secretário Geral da Prefeitura
Reforma Francisco Campos (1927-28)	Lúcia Casasanta	- Fundadora da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais - Professora da Cadeira de Língua Portuguesa
Programa de Assistência Brasileiro Americano do Ensino Elementar (1956-1964) com influência até a década de 70	Magdala Lisboa Bacha Maria Yvonne Atalécio	- Professoras de Ensino Primário e Departamento de Linguagem do PABAAE
	Iêda Dias da Silva	- Cargos administrativos na Secretaria de Educação – DAP
	Therezinha Casasanta	- Professora educadora/assistente das classes primárias de demonstração e Centro de Artes Gráficas do PABAAE
	Maria Serafina de Freitas	- Professora/Inspetora, Secretária de Educação do município
	Elisa Barbosa	- Professora de curso de Pedagogia do Instituto de Educação de MG e técnica de SEE/Belo Horizonte
	Helena Jorge	- Sem dados

Quadro 2 – Relações dos autores com o Estado – Minas Gerais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dados de entrevistas evidenciam uma intensa relação que várias autoras passam a estabelecer, desde fins da década de 1930, com a influência intelectual de Lucia Casasanta. No que concerne às posições ocupadas por cada um dos autores na esfera intelectual e pedagógica, há desde professoras e sujeitos sobre os quais não temos informações, até intelectuais e técnicos que participaram de movimentos definidores da produção de livros em Minas Gerais, considerando, principalmente, uma rede de relações criada em torno de inovações.

RELAÇÃO DE AUTORES COM PROGRAMAS, REFORMAS E EDIÇÃO: FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Em Minas Gerais, no início do século XX, é a partir da Reforma João Pinheiro, de 1906, que se instaura um processo progressivo de implementação da seriação, ordenando as classes por idade, um modo de organização da escola primária que permite também uma nova organização do material escolar (FARIA FILHO, 2003).³ No mesmo período, instala-se igualmente a obrigatoriedade da utilização do método de palavras⁴ para as classes que serão alfabetizadas na escola.

Conforme estudos de Chamon (2008), Maria Guilhermina de Loureiro Andrade se destaca do ponto de vista da sua circulação em mais de uma atividade intelectual, em mais de um sistema de ensino, e por mais de uma região, tendo produzido, em 1894, o *Primeiro Livro de Leitura*, um livro com o método de palavração. Sua atividade editorial extrapola a escola, pois, além de escrever livros didáticos, ela é também tradutora, articulista e reformadora, nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Se essa autora avançou muito em relação ao perfil masculino dominante no cenário brasileiro de primeiros livros do período, por que seu livro não se tornou um suporte importante para a Reforma João Pinheiro? Dados disponíveis

³ Choppin (2002) ressalta que o livro didático só pode ser entendido se ligado ao conjunto de práticas pedagógicas que o conformam: o livro didático se torna necessário, quando é possível separar em níveis e séries um conjunto de conhecimentos ensináveis, sobretudo num contexto de ensino simultâneo, presente a partir do século XIX.

⁴ O termo “método de palavras” é utilizado por Arthur Joviano, no prefácio de *Primeira Leitura*, em que menciona a reforma executada pelo Secretário de Interior, Sr. Dr. Carvalho Britto: “Para o ensino da leitura primária prescreveu o método da palavra, em substituição ao do syllabismo, por soletração ou vocalização das letras” (JOVIANO, 1910, p. IX).

sobre adoção, compras, remessas e indicações possibilitam verificar a pouca circulação de seu livro, nas escolas. Se é inegável a importância da autoria feminina de um material didático naquele período, nem sempre isso indica disseminação do livro. Chamon (2008) apresenta a hipótese de que era muito alto o custo de um livro impresso nos Estados Unidos, pela editora American Book Company.

No cenário da Reforma João Pinheiro, é o mineiro Arthur Joviano que ocupa um lugar de destaque. Fiel defensor de ideias inovadoras e um cooperador do Estado na Reforma João Pinheiro, foi professor de Português, diretor da Escola Normal de Belo Horizonte, membro do Conselho Superior de Instrução Pública e, logo depois, Inspetor escolar; posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde desenvolveu atividades relativas à Educação, como Inspetor e Superintendente de Instrução. Conforme indicado em estudo anterior (FRADE, 2010b), sua relação com os livros é mais intensa do que aquela que teve como autor, uma vez que se dedicou, também, ao comércio livreiro.

Como jornalista, foi redator, com Mendes Pimentel e Azevedo Júnior, dos jornais *Estado de Minas*, *Jornal do Povo* e *Folha Pequena*. Prefácios e manuais que acompanham seu *Primeiro Livro de Leitura* indicam conhecimento sobre os teóricos da educação mais importantes da época. Seu envolvimento com a cultura da escrita e com a cultura escolar parece extrapolar a questão dos impressos, visto que consta em sua biografia, ainda, que patenteou móveis específicos para a escola (carteiras, cadeiras, mesas), brinquedos pedagógicos, assim como tinteiros.

Um aspecto que chama a atenção na análise do paratexto do livro *Primeira Leitura* de Joviano é a familiaridade do autor com aspectos legais do mundo do livro, pois ele publicou, nas páginas iniciais desse livro, uma petição de direitos autorais,⁵ que enviou ao diretor da Biblioteca Nacional, o Sr. Dr. Manuel Cícero, protocolada em 1908, solicitando confirmação do registro de sua obra naquela biblioteca, feito em 1907. Nas páginas seguintes a essa petição, é publicado o documento de registro, efetuado

⁵ “Exmo. Sr. Dr. Diretor da Bibliotheca Nacional. Dê-se a certidão. Em 29 de janeiro de 1908. Dr. Manoel Cícero. Arthur Joviano, autor da obra intitulada *Primeira Leitura*, a qual já se acha registrada nesta Bibliotheca, vem respeitosamente requerer a v. exc., afim de resguardar seus interesses, que se digne mandar certificar como foi feito o referido registro e bem assim como foi requerido pelo autor. Nestes termos P. deferimento. Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1908. – P. P. – Claudino de Oliveira Mello.”

no ano seguinte. Ao anexar os documentos às páginas do seu livro, o autor mostra sua preocupação em tornar públicos os registros, o que indicia sua familiaridade com aspectos jurídicos da produção editorial.

Sem constar na lista de livros de maio de 1907 adotados pelo governo de Minas Gerais, o livro de Arthur Joviano é aprovado pelo Conselho Superior da Instrução Pública e aparece no *Boletim Vida Escolar*, 15 dias depois, com a seguinte informação: “O Conselho Superior aprovou o livro *A Primeira Leitura*, do Sr. Arthur Joviano, que ofereceu ao Estado a primeira edição desse trabalho para ser distribuída gratuitamente pelas escolas públicas.” (KLINKE, 2001, p. 88). A carta de Arthur Joviano, endereçada ao então Secretário de Interior, Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Brito, anexada às páginas iniciais de seu livro *Primeira Leitura* – talvez para agregar maior prestígio à obra, e já respondendo a demandas da Reforma João Pinheiro, de 1906 – dá a entender que sua contribuição foi solicitada e que está prestando um serviço às escolas. Assim, ele mesmo oferece sua edição ao governo.⁶

Diferentemente da maioria dos livros editados na mesma época, de autoria masculina (Hilário Ribeiro, Arnaldo Barreto, João Lucio, Abílio Cesar Borges, Felisberto de Carvalho, Artur Joviano), Anna Cintra despenha como mais uma autora, mas sem a participação em esferas mais amplas, além de ter sido professora e diretora da escola Cesário Alvim, situada em Belo Horizonte/MG, cidade considerada “capital pedagógica do Brasil”. Seu livro *Lições para o ensino completo da leitura pela professora Anna Cintra* é baseado na sua experiência, talvez ocupando um lugar de destaque, pelo fato de ser professora/diretora e atuar na prática pedagógica, pois não há dados que permitam constatar que exerceu cargos administrativos, ou de maior relevância, como professora de Escola Normal, ou no campo de inspeção escolar, como foi o caso de alguns autores do período: Artur Joviano, em Minas Gerais, e Arnaldo Barreto, em São Paulo. Sua produção também não se estende aos livros de leitura graduada; é circunscrita ao livro para alfabetizar, o que demonstra que Anna Cintra não se profissionalizou como autora de outras obras didáticas (FRADE; MACIEL, 2012).

⁶ “Offereço a primeira edição deste meu trabalho ao governo de Minas, por intermedio de V. Ex., para que mande imprimir e distribuir gratuitamente pelas escolas. Espero que a sua divulgação va combater a rotina dos velhos methodos, substituindo-os, por um processo pratico, intuitivo e natural, de ensinar a ler às creanças. De V. Ex. Patricio e Amigo *Arthur Joviano*. Bello Horizonte, 2 de março de 1907.”

Sobre o uso e a circulação do seu livro, ainda que seja em menor escala, se comparado a outros pedidos como aqueles relacionados aos livros de Arthur Joviano, são encontrados, desde 1922, pedidos, recibos e inventários que atestam a sua circulação em Minas Gerais. Há, ainda, dados concretos sobre a sua indicação em programas oficiais.⁷ Indicações de adoção oficial e de existência de estoque a ser aproveitado no ano de 1927 também são importantes para confirmar a aprovação e, conseqüentemente, a adoção do livro nas escolas mineiras.

Uma correspondência da Livraria Francisco Alves evidencia igualmente sua relação com os programas, embora se possa constatar outro dado: o livro de Anna Cintra é o de menor custo. Em 1927, enquanto o livro *Primeira Leitura*, de Arthur Joviano, custava 1.400 réis líquidos, e o *Livro de Zezé*, de João Lúcio, custava o mesmo preço, o dela podia ser comprado pela Secretaria do Interior por 1.200 réis (Fonte: Arquivo Público Mineiro. Secretaria do Interior. 4155, 1926). A estratégia de encaminhar atestados de uso, mencionada numa carta de colegas professoras, anexada às páginas iniciais do livro de Anna Cintra, dá conta da força exercida pelas suas colegas de ofício, na legitimação de sua obra:

Exma. Sra. D. Anna Cintra de Carvalho, D. D. Directora do Grupo << Cesario Alvim >>.

[...] Ufanos de tão proveitoso labor, vimos obrigar-vos a pôr de parte os vossos escrúpulos de educadora, rogando-vos acceiteis os atestados que junto vos remettemos e deis todas as providencias necessarias para que, dentro de pouco tempo, possamos obter os mesmos resultados, sem grande trabalho, devido à falta de livros para a recapitulação das lições estudadas.

Estamos certas de que, si apresentardes o vosso valioso methodo capeado dos respectivos atestados ao Conselho Superior de Instrução, elle, apreciando a organização methodica do processo, a facilidade da execução do mesmo e o bom resultado obtido, não hesitará em approval-o [...].

A carta acima menciona os escrúpulos de Anna Cintra, o que nos dá indícios de que não está em questão um interesse editorial e comercial na produção do livro, ou seja, o livro está fora de certo ordenamento do

⁷ “Dirijo-me hoje a V. Excia com o principal objectivo de obter para o estabelecimento de ensino que dirijo, registrado nessa secretaria, o material necessario a completa observancia do regulamento e programa de ensino em vigor. [...] 1 Livro de Anna Cintra [...]” (Fonte: Arquivo Público Mineiro. Secretaria do Interior. 4132 – papéis findos, 1925).

mundo editorial (CHARTIER, 1994). A impressão – pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – e a consequente aquisição dos direitos das obras de Arthur Joviano e Anna Cintra pela Livraria Francisco Alves, editora com grande capacidade profissional para divulgação e venda, mostram que suas obras podem ter ganhado circulação nacional.⁸

REDE INTELCTUAL E CRUZAMENTOS COM A PRODUÇÃO DE OUTROS LIVROS PARA A ALFABETIZAÇÃO: 1940 A 1984

A produção de livros para a alfabetização em Minas Gerais se intensifica e ganha destaque nacional, a partir do final da década de 1920, quando professores do estado de Minas Gerais vão para a Universidade de Columbia (EUA) estudar os princípios dos métodos globais. Lucia Casasanta, que viajou, entre 1927 e 1929, para Columbia, acompanhando classes de demonstração de escolas anexas ao *Teachers College* daquela universidade, foi fundadora da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais, em 1929, para divulgação do movimento escolanovista (MACIEL, 2001). Uma das principais divulgadoras do método global no Brasil, Lucia Casasanta manteve em sua biblioteca obras europeias e americanas, como de Buisson, Javal, Piaget, Claparède, Decroly, que conviviam com as de William Gray, Buswell, Gates, Pennel e Kusak, Kilpatrick. Comentando sobre outras reformas brasileiras do período, Hilsdorf (2011) afirma que a reforma Francisco Campos, em Minas Gerais, é a que mais se destaca nos aspectos micropedagógicos (o que acontecia na sala de aula, na relação professor/criança), em vez da preocupação com o macropedagógico (a expansão do acesso à educação elementar, na luta contra o analfabetismo). Na reforma mineira, a escola é encarada como ação social, atenta à criança e aos seus interesses, enfatizando-se a introdução da Psicologia Educacional na Escola Normal, que daria as bases científicas do desenvolvimento infantil, com o uso de testes e programas experimentais.

A produção, em Minas Gerais, de livros para o método global, com repercussão nacional, teve seu início pela reforma de Francisco Campos, em 1927. Na década de 1930, Lucia Casasanta incentiva suas alunas

⁸ Embora se possa dizer que a obra ganha em relação a melhores condições de divulgação e venda, no caso dos livros de Anna Cintra, chama atenção a pouca alteração no projeto gráfico, aferida pela comparação que podemos fazer entre as edições das duas editoras.

a criarem e testarem seus livros nas classes de demonstração da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais. Foi o caso de *O livro de Lili*, produzido por Anita Fonseca. Publicado em 1940, *O Livro de Lili* teve seu auge com a adoção oficial no estado de Minas Gerais, seguido por vários outros, da mesma tendência metodológica; seu modelo gráfico/metodológico inspirou a produção de livros em outros estados, como *Sarita*, no Rio Grande do Sul. No entanto, o pré-livro *As mais Belas Histórias*, de autoria da divulgadora, usando a história dos três porquinhos, seria produzido apenas em 1954, conforme Maciel (2010).

Lúcia Casasanta influenciou inúmeros autores que vieram depois, seja por ter sido professora de vários deles (Maria Serafina de Freitas, Magdala Lisboa Bacha, Maria Yvonne Atalécio, Therezinha Casasanta), seja por ter inspirado um modelo de livro com estética da literatura (para Iêda Dias da Silva). Influenciou significativamente outra autora, Elisa Barbosa Campos, e, nesse caso, trata-se de fidelidade metodológica, o que explica a produção de um livro já na década de 1980, quando o método global perde terreno para outras tendências.

Dez anos depois de ter feito seu pré-livro – tarefa de curso realizada para a professora Lúcia Casasanta – e de tê-lo abandonado em versão artesanal, essa autora sente-se provocada a publicar um pré-livro. Este saiu, primeiramente, pela Editora Lemi e, depois, pela Vigília, ambas editoras regionais. Em entrevista concedida em 2011, Elisa Barbosa Campos destaca a sua adesão incondicional ao método e menciona o legado deixado a ela, por Lúcia Casasanta, de dar continuidade à divulgação do método global (informação verbal).⁹

O PABAAE EM MINAS GERAIS: INFLUÊNCIAS EDITORIAIS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1950

Estudos de Paiva e Paixão (1997, 2002) abordam a criação, em 22/06/1956, de um acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, conhecido como Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensi-

⁹ “A Elisa era lá do Instituto, eu imagino que ela fosse professora formadora, mas não tenho certeza. Inclusive, ela era o maior expoente da demonstração do método global. Minha tia tinha plena confiança nela.” (Entrevista concedida por Therezinha Casasanta).

no Elementar (PABAE), firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Operation Mission – Brasil (USOM-B). O programa visava a enviar aos Estados Unidos instrutores de professores do Ensino Normal para integrar o quadro de instrutores da Escola Normal de Belo Horizonte. Dos centros-piloto previstos para o Brasil, apenas um se efetivou, o do Instituto de Educação de Belo Horizonte. Segundo Paiva e Paixão (1997, 2002), os cursos eram oferecidos para professoras do Curso Normal, supervisores e diretores de escolas primárias e normais e, do final da década de 1950 até o início da década de 1970, o PABAE trabalhou com cursos, produção e distribuição de material didático, além de assessoria a secretarias de Educação. As autoras citadas observam que a chegada do PABAE, embora com uma ideologia pragmática, fez reviver os tempos de Francisco Campos e o clima de inovação, “[...] retomando o lugar de vanguarda na educação de que se orgulhavam os mineiros e garantir para Belo Horizonte o título do Capital Pedagógica do Brasil” (PAIVA; PAIXÃO, 1997, p. 12), conquistado na época das reformas de Francisco Campos. O professor Mário Casasanta, um dos pioneiros da Escola Nova – marido de Lúcia e tio de Therezinha – foi nomeado diretor do centro-piloto criado em Minas Gerais, como uma forma de dar sequência ao trabalho desenvolvido por ele, durante a Reforma Francisco Campos (1931).

A implementação do PABAE intensificou o intercâmbio de professores que, ao fazer parte da equipe desse programa, marcaram uma diferença metodológica na alfabetização. Magdala Lisboa Bacha e Therezinha Casasanta foram as primeiras a seguir para universidades americanas, na turma de 1956, ano de criação do convênio. Entre a instituição do programa e a viagem, transcorreram apenas quatro meses e, na volta, Therezinha Casasanta foi alocada como professora educadora assistente das classes primárias de demonstração, enquanto Magdala Bacha ocupou o Departamento de Linguagem. De 10 estados brasileiros envolvidos, São Paulo ocupa a segunda posição em número de profissionais enviados – 20 –, enquanto Minas Gerais envia 61 professores, incluindo quatro autoras de pré-livros: Therezinha Casasanta (1956/57), Magdala Lisboa Bacha (1956/57), Maria Yvonne Atalécio (1958/59) e Iêda Dias da Silva (1961/62).

Essas autoras mantêm relações com o PABAE, mas há muitas diferenças na forma como isso ocorre, do ponto de vista da produção de livros.

Magdala e Maria Yvonne têm forte influência da divulgação de seus métodos ecléticos, exercida nas viagens de formação que empreendem pelo Brasil, por esse programa, mas publicam em editoras fora do estado. Aluna do Curso de Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Normal (CAPEN), ministrado pelo PABAAE, Iêda Dias da Silva consegue uma bolsa da Secretaria da Educação de Minas Gerais, a qual tem intenção de criar um serviço de supervisão. Iêda vai para um intercâmbio nos EUA, participa de cursos sobre cultura americana, sobre o sistema de educação americano, sobre supervisão e administração escolar. Na volta, passa a fazer parte, em 1963, do PABAAE, numa seção de formação da Secretaria de Educação de Minas Gerais, com intenso trabalho em vários estados brasileiros. Foi nesse contexto que ministrou cursos por todo o Brasil, abordando a expressão oral e o método eclético de Maria Yvonne e Magdala Lisboa Bacha. Se essas viagens reforçaram a adoção dos pré-livros dessas últimas autoras, também proporcionaram para Iêda conhecimento daquilo que faltava nos livros do período: segundo a autora, não havia uma proposta de formação estética/ética da criança, para além do método de alfabetização, conclusão a que chegou ao participar da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED).¹⁰ No entanto, foi somente oito anos depois que produziu o seu próprio material, o pré-livro *O Barquinho Amarelo* (FRADE; PEREIRA, 2012).

Por outro lado, Therezinha Casasanta não parece ter-se aproveitado da sua posição de destaque no PABAAE para a produção de seu livro, que não se deu na sequência de sua viagem, embora tenha participado do setor editorial, no Centro de Artes Gráficas do PABAAE após seu retorno e, posteriormente, tenha dado apoio à criação de *A Grafiquinha Ltda* (RODRIGUES; VAZ, 1980, p.45).

Na entrevista realizada com a professora Maria Serafina, uma das autoras que adaptou o método global de contos, no livro *O Circo do Carequinha* (1969), reduzindo suas lições a duas histórias, sob a chancela de Lúcia Casasanta – que fez a apresentação desse livro –, não aparece menção ao PABAAE. Porém, um estudo de Rodrigues e Vaz (1980) revela

¹⁰ A COLTED fazia parte de um acordo de cooperação técnica, econômica e financeira entre o Brasil e o governo americano, e o setor editorial de livros didáticos foi marcado por essa influência, através de acordos assinados pelo Ministério da Educação e pela Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), de 1964 a 1968. Um dos acordos, o MEC/USAID visava a atender à educação e aumentar substancialmente a distribuição de livros para alunos (RODRIGUES; VAZ, 1980, p. 32-33).

que havia no corpo editorial de *A Grafiquinha Ltda/Editora Veja*, de Belo Horizonte, professores do Instituto de Educação ligados ao PABAE. ¹¹ As circunstâncias de sua produção fazem supor que houve, na época, possibilidades de relação entre pesquisas desenvolvidas no PABAE e a produção de livros didáticos (FRADE; PEREIRA, 2011).

Sobre a influência do contexto PABAE, destaca-se a produção de Magdala Lisboa Bacha, autora do pré-livro *O presente*. Seu depoimento mostra que nem sempre a intenção inicial é a autoria de um livro; todavia, a reunião de algumas condições acaba configurando essa decisão (informação verbal). ¹²

Além da prática de experimentação do livro feita em classes das escolas primárias, chama a atenção, em vários livros ou pré-livros, publicados desde a década de 1920, uma recuperação da ideia de experimentação como metodologia, que se firmou em Minas Gerais e que ajudava a aprimorar os livros. Temos, assim, exemplos: de Anna Cintra; de Maria Serafina de Freitas, que testou seu livro por 10 anos; de Iêda Dias da Silva, que trabalhou com aplicação de seu material em classes de experimentação. E destacam-se, em vários dos pré-livros, os gráficos com resultados testados, numa perspectiva de apresentar evidências quantitativas de sua testagem, mesmo quando o autor não se prende a descrições científicas desse tipo de método.

¹¹ Consta no manual: “A organização da presente obra teve a orientação técnica do Conselho desta Editora, constituído pelas professoras Nazira Abi-Saber e Therezinha Casasanta, técnicas de Educação da Divisão de Aperfeiçoamento do Professor (DAP) do Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro”.

¹² “[...] fui uma das pioneiras dessa parte e, depois de mim, a professora Maria Yvonne Atalécio Araújo. Então nós duas trabalhamos em uma instituição que se chamava Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar. Na volta dos Estados Unidos, fizemos outro curso aqui no Brasil [...] ‘Como escrever para crianças...’, não me lembro bem o título, mas, o assunto era esse. Eu já trabalhava com o PABAE; nós não fizemos um curso apenas teórico, ele tinha também parte prática. E na parte prática, nós éramos obrigados a escrever algo, a fim de comprovar que realmente a aprendizagem estava sendo eficiente. E eu então, como estava muito interessada em divulgar o Método Eclético, e no Brasil não havia material com o qual a gente pudesse trabalhar, então eu escrevi um pré-livro, intitulado *O presente*. [...] ele foi escrito neste curso, e depois ele foi mimeografado e experimentado em uma das salas de aula da nossa escola de experimentação. Depois que foi experimentado, ele, então, sofreu várias modificações, por sugestões da professora que estava aplicando, e com observação da própria reação da criança, etc.; não é que então ele realmente se transforma no livro? [...] posteriormente foi então publicado pela editora *Agir* e, junto ao pré-livro – isso foi na década de 1960 – o manual para o professor. O pré-livro também era acompanhado de um caderno de atividades” (Magdala Lisboa Bacha, depoimento).

TIPO DE PRODUÇÃO E ALGUMAS QUESTÕES EDITORIAIS

No perfil da produção didática, constata-se uma diferenciação, pois alguns autores publicaram apenas obras de alfabetização, não investindo em novas demandas, e nem se rendendo a apelos editoriais para a continuidade da produção, como Anna Cintra, Anita Fonseca, Helena Jorge, Maria Serafina de Freitas; outros investiram em séries graduadas e obras didáticas, como Maria Guilhermina Loureiro, Lúcia Casasanta, João Lucio, Iêda Dias da Silva, Magdala Lisboa Bacha; e outros, ainda, concentraram sua produção em obras de literatura infantil. Destaca-se o caso de Arthur Joviano, que produziu livro de alfabetização, coleção graduada, mas, também, móveis e utensílios escolares. Em alguns perfis relacionados ao de tipo de produção, nota-se um cruzamento entre o mundo da literatura e o dos livros didáticos, sendo que uma autora, Therezinha Casasanta, investiu grande parte de sua escrita em obras de literatura (6 livros didáticos e 22 livros de literatura) e escreveu a cartilha *Ora Bolas*, em coautoria com Bartolomeu Campos de Queirós, renomado escritor de literatura.

Se alguns livros não foram classificados como livros de literatura, entrando inicialmente no campo de livros didáticos, foram apropriados como tal, a partir de seus usos, conforme dados de entrevista de Iêda Dias da Silva sobre seus livros e sobre sua formação, que atestam intenções artísticas e literárias imbricadas na produção de seu pré-livro, *O Barquinho Amarelo*, e nos livros de leitura graduada de sua série de publicações.

Chama a atenção também o processo de adaptação de obras bastante conhecidas, como inspiração para se construírem pré-livros, como *As mais Belas histórias – pré-livro* (baseado na história dos Três Porquinhos, de Joseph Jacobs), *Joãozinho e Maria*, de Helena Jorge (baseado na obra dos irmãos Grimm), e *Sítio do Pica-pau Amarelo*, de Therezinha Casasanta (baseado na obra de Monteiro Lobato). Do ponto de vista editorial e pedagógico, isso pode ser compreendido como forma de dialogar com um repertório conhecido das crianças. Além disso, há um caso específico de propriedade de direitos autorais da editora Bloch, que detinha alguns direitos sobre a obra de Monteiro Lobato, o que determinou o convite para a produção do pré-livro inspirado no Sítio do Pica-pau amarelo, feito a Therezinha Casasanta.

O Quadro 3 possibilita verificar a relação dos autores com várias editoras, localizadas na região de Minas Gerais/Belo Horizonte, em outros estados brasileiros, assim como fora do País.

AUTOR	EDITORAS/LOCAL
Maria Guilhermina Loureiro de Andrade	- American Book Company (New York, Cincinnati, Chicago) - Ginn & Company (Boston) - Typ. e Lith. de Machado (Rio de Janeiro) - Imp. Monte Alverno/tradução (Rio de Janeiro)
Anita Fonseca	- Editora do Brasil S/A (São Paulo) - Livraria Francisco Alves (Rio de Janeiro) - São Paulo e Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul (São Paulo) - Editora Paulo Azevedo Ltda. (São Paulo)
Anna Cintra	- Imprensa Oficial (Belo Horizonte) - Livraria Francisco Alves (Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte)
Arthur Joviano	- Gibraltar – Typographia Papelaria (Belo Horizonte) – dados de nota de compra - Livraria Francisco Alves (Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte)
Elisa Barbosa	- Lemi S/A (Belo Horizonte) - Editora Vigília (Belo Horizonte)
João Lúcio	- Typografia Oliveira & Costa (1os ex. série graduada – Belo Horizonte) - Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda. (São Paulo) - Livraria Francisco Alves (séries graduadas) - Companhia Editora Nacional (São Paulo) – Cedoc/FAE - Alfabetização
Ieda Dias da Silva	- Vigília Ltda. (Belo Horizonte)
Lúcia Casasanta	- Ed. do Brasil (Belo Horizonte)
Helena Jorge	- Estabelecimentos gráficos Santa Maria S/A (Belo Horizonte)
Magdala Lisboa Bacha	- Abril (Educação) (São Paulo) - Livraria AGIR Editôra (Rio de Janeiro)
Maria Serafina de Freitas	- A Grafiquinha Ltda./Vega (Belo Horizonte)
Maria Yvonne Atalécio	- Vigília Ltda. (Belo Horizonte)
Therezinha Casasanta	- F.T.D. S/A (São Paulo) - Bloch Educação (Rio de Janeiro) - Editora Lê (Belo Horizonte) - Editora do Brasil - Editora Expressão (Belo Horizonte)

Quadro 3 – Autores e suas relações com editoras.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em vista os dados, salienta-se a relação de vários autores com gráficas, editoras de pequeno porte e grandes editoras. Sair do País para editar, no caso de Maria Guilhermina Andrade, pode ser um fator

que dificultou a encomenda do livro, tendo em vista o alto preço da reprodução e/ou transporte. Se Artur Joviano e Ana Cintra tiveram seus livros comprados pela Livraria Francisco Alves, com grande poder de divulgação, são necessárias mais pesquisas para saber se também circularam em outros estados. Esse é igualmente o caso de João Lucio, com sua série graduada. Os autores que diversificaram sua produção, indo além dos livros de alfabetização, ganharam espaço em grandes editoras, e no país. Enquanto *O livro de Lili* foi editado por várias editoras, alterando-se os contratos autorais, o de Lúcia Casasanta foi reeditado, por várias décadas, pela Editora do Brasil. Alguns autores de pré-livros do método global (Helena Jorge, Maria Serafina de Freitas, Elisa Barbosa) e eclético (Ieda Dias da Silva, Maria Yvonne Atalécio) parecem alcançar condições de edição por editoras locais que trabalharam de forma competente com a divulgação de seus livros. Dentre todos os autores, é inegável o sucesso de Lúcia Casasanta. De acordo com os relatórios emitidos pela Fundação de Apoio ao Estudante (FAE)/Ministério da Educação (MEC), na década de 1980, entre as dez cartilhas mais distribuídas no Brasil pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o pré-livro da Coleção *As mais belas histórias*, de Lúcia Casasanta, era um dos mais requisitados pelas escolas brasileiras (MACIEL, 2010). Segundo a autora, seu pré-livro foi editado ininterruptamente, até o ano de 1994, pela Editora do Brasil.

Supomos que poucos se tornaram autores profissionais, vivendo da pena, e que, mesmo sendo autores os quais sustentaram uma única produção de uma editora, não ganharam nada com o livro. No caso da Editora *A Grafiquinha*, Rodrigues e Vaz sublinham que o seu trabalho mais importante foi justamente a produção da publicação de um conjunto para a alfabetização, a série *O Circo do Carequinha*, cujos milhares de exemplares foram vendidos para serem distribuídos pela COLTED, em vários estados brasileiros. Assim, podemos perceber que não foi apenas em Minas Gerais que esse livro circulou.

No entanto, embora certos livros tenham obtido sucesso, nem sempre isso significa que os autores se renderam a esse êxito. Maria Serafina de Freitas foi solicitada, pela Editora Vega, a completar a sua coleção de livros, do 1º ao 4º ano do curso primário, que já era carro-chefe da alfabetização, na editora, mas ela argumentou que o seu principal objetivo era

fazer a criança ler e que, a partir desse ponto, qualquer outro material de leitura seria satisfatório. Vemos, por conseguinte, que Maria Serafina não se interessava em ser uma autora profissional de livros escolares de maior abrangência e mantinha a posição de contribuir com seu trabalho na sua região. Do ponto de vista financeiro, a própria autora declara: “[...] não ganhei nada com o *Circo do Carequinha*, não”.

Se consta, na 5ª edição de *Joãozinho e Maria*, que o livro de Helena Jorge foi “Premiado pela Academia Brasileira de Letras”, permanece a prática de impressão por encomenda do próprio autor, pois Helena Jorge parece ter encomendado, numa gráfica, a impressão do livro (“Composto e impresso pelos Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, S/A de Belo Horizonte, para a professora Helena Jorge – novembro de 1957”).

Ao serem entrevistados, vários autores demonstram níveis diferenciados de relação com as práticas envolvidas em alguns contratos de edição. Esse é o caso de Therezinha Casasanta, que afirma preferir ser autora de literatura a ser autora de livro didático, por não ter que ficar a serviço da editora, explicando sua obra. Das obras de literatura, diz obter mais prazer, pois estas não precisam de muita explicação. De fato, ela é a autora que mais produziu obras avulsas de literatura, tendo circulado por diversas editoras. Certamente, não foi a produção de livros de alfabetização a sua principal via de profissionalização; isso ficou claro, quando mencionou que, mesmo sendo convidada a continuar a coleção da Editora Bloch, pela adaptação das obras de Monteiro Lobato, recusou-se, por entender que a fórmula tinha chegado a seu esgotamento no pré-livro.

No caso de Iêda, sobre a escolha pela Editora Vigília, a autora comenta que já ministrava cursos sobre o livro de Maria Yvonne Atalécio, publicado pela mesma editora, e que isso foi uma porta de entrada na empresa, que pretendia trabalhar com dois tipos de livros para a alfabetização. Iêda Dias da Silva relata as viagens para divulgação dos seus livros, exigidas pela editora, nos fins de semana, e os problemas da não edição de um manual do professor que acompanhava o livro, com mais de 200 páginas, pela Editora Vigília, uma vez que esse material não era comprado pelo governo, por encarecer o processo.

Sobre a pressão por modelos de manuais dirigidos ao professor que agregassem valor financeiro à editora, foi bem elucidativo o depoimento de Elisa Barbosa Campos, que se recusou a fazer o manual – o qual a editora requisitou, como fruto de uma ordem do Ministério da Educação e Cultura com respostas em vermelho, para facilitar o trabalho do professor.

Além disso, a compra pelos governos de vários estados brasileiros possivelmente suprimia tanto o manual do professor quanto o caderno de exercícios. No caso de Iêda, que teve ampla adoção de seu livro em vários estados brasileiros, quando se exigiu que ela mudasse o formato do livro, tornando-o material consumível (no livro-texto era preciso constar exercícios), a autora não aceitou. Por isso, a obra muda de circuito, passando a circular na rede privada de ensino, ou a constar nas bibliotecas escolares públicas como livros gerais de leitura, que são apropriados como literatura e não como livro de alfabetização. Assim, se a compra pelo Estado ajuda em determinado momento, uma mudança política, metodológica ou editorial faz com que determinada obra desapareça do circuito oficial das escolas públicas. Nesse caso, o aproveitamento é possível em outros contextos, e Iêda relata: “Eu tenho que agradecer ao diretor da Vigília, pois eu estou vivendo com o saldo de livros que ele me deu”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no resultado deste estudo, é possível perceber que as circunstâncias de publicação de primeiros livros de leitura/cartilhas/pré-livros, de autores mineiros, ao longo do século XX, foram estratégicas para alguns, ao oferecerem uma produção para uma reforma, ou por terem alta influência intelectual. Entretanto, em vários casos, a publicação foi fruto de esforços dos próprios autores e resultado de experimentações bem-sucedidas de práticas de alfabetização desenvolvidas por eles, ou sob a sua supervisão. Curiosamente, várias publicações decorreram da tarefa escolar de produzir um esboço de livro, no contexto de um curso.

Motivações financeiras não aparecem em vários dados, e é sintomático o depoimento de Iêda Dias da Silva, que diz ter sido responsável pela realização de um trabalho social, a partir do contato que teve com crianças do Brasil todo, durante suas viagens como formadora de professores (FRADE;

PEREIRA, 2012). Há autores que não se aproveitaram do sucesso editorial para dar continuidade a suas produções, mesmo com demandas das editoras, o que reforça a ideia da produção de livro como realização pessoal, em que objetivos financeiros não vêm em primeiro plano. Enquanto uns se aproveitaram de posições de destaque para divulgar e manter a adoção de suas obras, outros se recusaram a continuar produzindo.

Recuperando as relações do Estado com a edição e com os autores, vemos que, em determinados momentos, quando coincide uma reforma com um tipo de material didático, ou quando uma Secretaria de Educação, ou o Governo Federal, adotam livros, há ampla divulgação, ao mesmo tempo em que autor e editoras perdem o controle da negociação, quando se trata de anexar, ou não, materiais complementares, como manuais e livros de exercícios, e quando se trata de piorar a qualidade do impresso, visando ao barateamento de custos. Muitos não participam de acordos das editoras com os programas de compra do governo, não sabendo explicar os fatores que levaram à adoção oficial de seus livros.

A recusa em aceitar novos formatos pode fazer com que determinadas obras desapareçam, ou mudem de circuito. Nesse caso, ainda vale citar o exemplo de Iêda Dias da Silva, a qual se recusou a introduzir no seu livro de leitura os exercícios para torná-lo livro consumível, uma exigência do Estado em sua política nacional, na época. A autora alegou que isso teria influência na recepção estética da obra. O fato de não ter aceitado o novo formato pode ter contribuído para que seu livro saísse da lista oficial de livros a serem comprados, mas sua recusa também resguardou um formato que favoreceu a sua utilização como livro de literatura na rede privada de ensino, e professores que o encontram em bibliotecas escolares públicas, sem os exercícios, fazem uso dele como material de leitura, independentemente da alfabetização. Assim, o modo como o Estado se posiciona em relação às obras e aos seus autores parece contraditório, ao analisarmos os dados das entrevistas. Ao comentar sobre uma suposta premiação que seu livro teria recebido do Ministério da Educação, Iêda Dias da Silva declara:

Em 73, eles fizeram no ministério uma avaliação de todos os livros de didática, e o *Barquinho* tirou o primeiro lugar, de todos os livros de didática, naquela época. Por que eu fiquei sabendo? Eu fiquei sabendo, porque o professor Tarcísio Ferreira tinha ido a Brasília, e ele trouxe a notícia, e me deu a notícia pessoalmente. Depois, tinha uma moça chamada Rosi-

mere, uma americana, que estava como assessora do Ministério, durante dois anos, e ela tinha participado da avaliação. E ela me contou. E isto foi confirmado depois pela professora Ana Bernardes, que era diretora do Departamento de Ensino Fundamental. Mas isto não saiu, porque as grandes editoras – isto é que chegou até mim, não posso afirmar se seria verdade – não deixaram isso sair. Mas eu acho que não foram as grandes editoras que foram culpadas. Porque o meu editor me disse assim: Se ele tirou o primeiro lugar, pior pra ele. Eu falei: Por quê? Ele falou: Porque aí ele, ele não vai ser é pedido pelos professores.

Esse dado nos faz refletir sobre as razões pelas quais os livros mais bem avaliados no Brasil, no presente, não são os mais pedidos pelos professores. É preciso verificar como os verdadeiros usuários dos livros explicam suas escolhas, como os editores lidam com as ações oficiais, como os autores são incluídos ou não nessas estratégias, entre várias questões que definem o circuito de comunicação de um livro (DARNTON, 1995). Nesse sentido, o caso do pré-livro *O Barquinho Amarelo*, na década de 1970, é bem exemplar.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.
- BELO, A. *História e livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- CHAMON, C. S. *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary del Priore. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994.
- _____. *Práticas de leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. *Os desafios da escrita*. Tradução Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, 2002.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FARIA FILHO, L. *História da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação, 2003. (Coleção Veredas, v. 1-3).

FRADE, I. C. A. S. Livros para ensinar a ler e escrever: uma pequena análise da visualidade de livros produzidos no Brasil, em Portugal e na França, entre os séculos XIX e XX. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010a. p. 171-190.

_____. Arthur Joviano: um estudo sobre as relações entre autor, Estado, editoras, usuários e sobre o método de palavras em Minas Gerais, no início do século XX. In: SCWARTZ, C.; PERES, E.; FRADE, I. (Org.). *Estudos de história da alfabetização e da leitura na escola*. Vitória: EDUFES, 2010b. p. 209-252.

_____. Configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para o ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (Séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 2[29], p. 171-208, maio/ago. 2012.

FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F. I. P. Lições para o Ensino completo de leitura de Anna Cintra (1919): estudo da produção de uma professora. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: rituais, espaços e patrimónios escolares, 9., 2012, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. v. 1. p. 5095-5107.

FRADE, I. C. A. S.; PEREIRA, A. P. P. História da alfabetização: O Circo do Carequinha no impresso e nas memórias da autora Maria Serafina de Freitas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: invenções, tradições e escritas da história da educação no Brasil, 6., 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2011. p. 1-15.

FRADE, I. C. A. S.; PEREIRA, A. P. P. O Barquinho Amarelo: produção e proposta pedagógica de Iêda Dias da Silva, nas décadas de 60 e 70 do século XX, em Minas Gerais. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: rituais, espaços e patrimónios escolares, 9., 2012, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. p. 1-13.

HILSDORF, M. L.S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KLINKE, K. *Escolarização da leitura no ensino primário de Minas Gerais (1906/1930)*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2001. Texto de qualificação para o doutorado apresentado à FAE/UFMG.

MACIEL, F. I. P. *Lucia Casasanta e o método global de contos: uma contribuição à história da alfabetização em Minas Gerais*. 2001. 157 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

_____. As mais belas histórias de Lili em Minas Gerais. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 553-566.

MCKENZIE, D. F. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de Librairie, 1991.

MUNAKATA, K. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. 217 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

PAIVA, E. V.; PAIXÃO, L. *O PABAEÉ: a volta dos tempos de Francisco Campos e a oposição dos educadores católicos*. Brasília, DF: INEP, 1997.

PAIVA, E. V.; PAIXÃO, L. P. *PABAEÉ (1956-1964): a americanização do ensino elementar no Brasil?* Niterói: Ed. UFF, 2002.

RAZZINI, M. G. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 101-120.

RODRIGUES, M. M. ; VAZ, P. B. *Vega: essai de bilan de dix ans d'experience editorial ao Brésil. La place de la petite entreprise dans le marché du livre brésilien*. Paris: Université Paris-Nord – XIII. UER. De Sciences del'Expression et de la Communication-Édition. Villeteuse, 1980.

FONTES CONSULTADAS

ANDRADE, M. G. L. *Primeiro livro de leitura*. New York: American Book Company, 1894.

CASASANTA, L. *As mais belas histórias*. 7. ed. Belo Horizonte: Editora do Brasil em Minas Gerais, [19--]. Sem data da primeira edição.

CASASANTA, T.; GONDIM, M. *Sítio do Pica-Pau-Amarelo: pré-livro: atividades*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bloch Educação, 1982. Sem data da primeira edição.

CINTRA, A. *Lições para o ensino completo da leitura pela professora Anna Cintra*. 8.ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1922. Sem data da primeira edição.

FONSECA, A. *O livro de Lili*. São Paulo: Editora do Brasil, 1961. Sem data da primeira edição.

FREITAS, M. S. *Manual para o pré-livro O Circo do Carequinha*. 2. ed. Belo Horizonte: A Grafiquinha Editôra, 1969. Sem data da primeira edição.

JORGE, H. *Joãozinho e Maria - Pré-livro*. 5. ed. Belo Horizonte: Estabelecimento Gráfico Santa Maria, 1957. Sem data da primeira edição.

JOVIANO, A. *Primeira leitura: methodo para ensinar a ler*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1910. Sem data da primeira edição.

LÚCIO, J. *Pá, Pé e o Papão*. São Paulo: Revista do Tribunal, 1956.

SILVA, I. D. *O barquinho amarelo: pré-livro*. Belo Horizonte: Vigília, 1995. Sem data da primeira edição.